

Coincidência demais

18 JUN 1993

A complicação da tramitação parlamentar da regulamentação do IMPF, com o interesse e a importância multiplicados com a presença



de Fernando Henrique Cardoso — o ai Jesus! da temporada — como primeiro ministro na Fazenda, alçou o noticiário sobre as votações na Câmara às culminâncias da manchete ou de título forte na primeira página dos principais jornais do país.

Não se trata de resgate milagroso da qualificação do Congresso, reocupando o espaço nobre do espaço político, do qual foi desalojado há mais de três décadas.

Acontece apenas que o Congresso está sendo bafejado por uma das raras aragens que consegue promovê-lo na pauta da imprensa, escalando a larga distância do seu esquecimento rotineiro para a excepcionalidade de alguns momentos de valorização.

No caso, o assunto catapultou o Legislativo do seu buraco negro para o brilho momentâneo da atração. Pois dele depende o destino do ministro Fernando Henrique e da operação de salvamento do governo.

Registre-se, em respeito à verdade, que o Congresso tem feito a sua parte na engrenagem da operação política. Aprovou a emenda constitucional criando o controvertido imposto do cheque proposto pelo governo como a emergência desesperada para alívio do sufoco da quebradeira. Agora, em dois dias, a Câmara aprovou a urgência para a aprovação da toque de caixa do projeto de regulamentação do IMPF; ontem avançou mais um passo, aprovando o projeto, adiando a votação dos destaques para a semana que vem, que ninguém é de ferro.

Enquanto o governo precisar dele para aprovar as proposições para a implementação do plano do FHC, o Congresso será notícia. Daí por diante, a planície do desdenhoso esquecimento.

Pois mesmo agora, no melhor da festa, a atenção que a imprensa vem dedicando ao Legislativo, restrita ao percurso do IMPF, reflete-se em matérias de excelente tratamento jornalístico, mas que não diferem da receita clássica do texto da reportagem geral. Quase não há deputados nos relatos sobre os conchavos e desacertos para as votações. Nenhum registro de discursos de lideranças do governo ou da oposição: não há referência ao debate parlamentar.

Explico-me. Não estou fazendo qualquer reparo à qualidade da cobertura jornalística. Anoto, simplesmente, dado significativo à interpretação de flagrante que surpreende preocupante denúncia.

A ausência do repórter especializado no setor, familiarizado com seu jargão, confirma o sabido: o Congresso não merece a permanente cobertura de jornais.

Claro, os tempos são outros, o espaço na imprensa é disputado por um amplo e diversificado leque de assuntos. O encolhimento do interesse pelo rotineiro trabalho parlamentar expulsou as seções fixas dedicadas ao seu registro diário.

Isso não impede que dezenas de jornalistas dêem plantão nos quilométricos vazios dos palácios da Câmara e do Senado, com suas máquinas fotográficas, gravadores e câmeras de TV em riste e a dose de bisbilhotice que é a marca da profissão.

Mas isso é outra coisa. A tocaia caça notas para colunas ou para ligeiros registros. E só vai render matérias destacadas quando levanta escândalos, as lamentáveis reincidências nas mordomias, nas vantagens duvidosas, nos velhos cacoetes do empreguismo e do neopotismo. Ou quando escorra para o pitoresco, o anedótico, o bizarro, o ridículo.

Se há quem no Congresso se preocupe com o seu desprestígio, qualquer esforço para entender o que ocorreu e tentar aplicar os remendos possíveis deve partir do reconhecimento de que o Congresso não frequenta o noticiário simplesmente porque deixou de ser notícia.

Portanto, para reverter o vexaminoso esvaziamento parlamentar — arquivado o sonho de uma volta aos velhos tempos —, o ponto de partida deve ser a reformulação do esquema de funcionamento do Legislativo.

Congresso não é mais o show do plenário. Exato. Mas, sem plenário não há Congresso. E, sem a realização de sessões em todos os dias uteis é impossível estimular jornais a remontar a cobertura regular, com a exumação de seções permanentes, ainda que reduzidas.

A malandragem oficializada de quórum apenas em um, dois dias por semana, corrói a imagem do Legislativo, cobrindo-a com a ferrugem da vadiagem. Isso para ficar apenas no preâmbulo de amplo plano de reabertura do canal obstruído pelo entulho acumulado em anos de silêncio.

O círculo-vicioso precisa ser rompido: sem cobertura da imprensa o Congresso não toma jeito; enquanto o Congresso não for notícia não terá cobertura da imprensa.

Já são mais de 30 anos de decadência, com alguns lampejos de ilusória valorização. Trinta anos. A queda tem seu marco. Começou a despencar em 21 de abril de 1960. Por coincidência, com a mudança para a nova capital inaugurada.

Simple coincidência. Mas, convenhamos, que é coincidência demais...